



PUC Minas

Conjuntura Internacional

ano 4 • nº 03 • 18 a 24/02/2007 • ISSN 1809-6182

CENÁRIOS PUC MINAS

Análises

23/02/2007 - O redirecionamento na campanha estadunidense no Iraque p.01

As propostas do novo plano do governo de George W. Bush para o Iraque, anunciadas em 10 de janeiro, têm acirrado os debates na arena doméstica estadunidense entre os favoráveis e aqueles contrários à continuidade da campanha militar dos Estados Unidos naquele país. As incertezas quanto aos desdobramentos da política estadunidense para o Iraque refletem as imprecisões em termos estratégicos do novo plano.

23/02/2007 - Aprovada Lei Habilitante na Venezuela.....p.05

A Assembléia Nacional venezuelana aprovou, no dia 31 de janeiro de 2007, uma lei que permite ao Presidente Hugo Chávez governar por decreto por 18 meses. Em conjunto com outras medidas, tal lei indica a grande concentração de poder por parte do chefe do executivo venezuelano atualmente.

O redirecionamento na campanha estadunidense no Iraque

Análise
Segurança

Profa. Liana Lopes
23 de fevereiro de 2007

As propostas do novo plano do governo de George W. Bush para o Iraque, anunciadas em 10 de janeiro, têm acirrado os debates na arena doméstica estadunidense entre os favoráveis e aqueles contrários à continuidade da campanha militar dos Estados Unidos naquele país. As incertezas quanto aos desdobramentos da política estadunidense para o Iraque refletem as imprecisões em termos estratégicos do novo plano.

O discurso de George W. Bush, apresentado no dia 10 de janeiro de 2007, definiu uma nova estratégia a ser implementada no Iraque. Entre as medidas anunciadas pelo presidente estadunidense, a decisão de enviar 21.500 soldados para integrar as tropas em território iraquiano tem motivado questionamentos sobre a campanha militar no Iraque. Nesse sentido, no dia 16 deste mês, a Câmara dos Representantes dos Estados Unidos propôs uma moção¹ reprovando esse mais recente plano de Bush. O presidente, por sua vez, disse que tal resolução não o deterá de enviar esse contingente adicional de soldados.

Esse tópico reflete a polarização entre o partido do governo – Republicano – e o de oposição – Democrata – quanto às

políticas da administração Bush com relação ao Iraque. Um dia depois da proposta da moção na Câmara dos Representantes, o Senado bloqueou tal resolução, uma vez que os democratas não obtiveram o total de votos necessários para submetê-la a debate². A discussão em torno dessa questão continuará na arena política dos Estados Unidos, contudo, não parece que, a curto prazo, o presidente recuará em seu posicionamento.

A polêmica em torno da decisão desse acréscimo no número das tropas estadunidenses no Iraque ganhou novos contornos esta semana. Após a declaração do Primeiro-Ministro Tony Blair, no dia 21 de fevereiro, sobre o retorno de 1.600 soldados britânicos em maio deste ano, sendo que os 5.500 restantes³ deverão sair daquele país até o final de 2008, coube ao governo Bush justificar a necessidade de

¹ Moção constitui um recurso a ser utilizado por uma assembleia, em que se registra a aprovação ou a discordância de seus membros quanto a um determinado assunto. Sobre essa moção aprovada pela Câmara de Representantes dos Estados Unidos, foram 246 votos a favor e 182 contra a decisão de Bush (sendo que dos votos favoráveis à moção, 17 foram de membros do partido do presidente).

² Seriam necessários 60 votos favoráveis do Senado. No entanto, o total de votos, a favor da submissão dessa proposta, foi de 56.

³ De acordo com o periódico *The Guardian*, havia 40 mil soldados britânicos no Iraque, no início da guerra naquele país (2003); esse contingente caiu para um total de 9 mil em 2005 e para 7.100 atualmente.

manter a decisão do envio de novas tropas ao Iraque. Nesse sentido, a Secretária de Estado, Condoleeza Rice, comentou que o grau de complexidade da situação do conflito entre grupos iraquianos em Bagdá e circunvizinhanças, áreas para as quais serão deslocadas as novas tropas estadunidenses, distingue-se daquele de onde serão retirados os soldados britânicos. Por seu turno, o governo da Grã-Bretanha argumentou que a situação na região de Basra, da qual está prevista a primeira evacuação de seus soldados, se encontra estabilizada. Na avaliação desse governo, esse resultado foi atribuído ao fato de a maioria populacional dessa área ser xiita, diferentemente de Bagdá e seu entorno, locais marcados pelo vicioso ciclo de violência entre xiitas e sunitas.

Apesar de serem relevantes os desdobramentos dessa polêmica referentes ao envio de um contingente adicional de tropas estadunidenses ao Iraque, outros importantes aspectos do plano proposto merecem nossa atenção. Afinal, quais são os elementos ali anunciados que se propõem a alterar o curso da atual situação no Iraque?

Em seu discurso, Bush destacou que o redirecionamento na campanha militar é essencial para se restaurar a segurança no Iraque, sobretudo em Bagdá. Essa sua consideração constitui a base de sua defesa da proposta de ampliar o número de soldados. Sendo assim, explicou que as novas medidas devem cobrir algumas das lacunas da estratégia até então adotada.

Nessa direção, o presidente estadunidense apontou a necessidade de se manter tropas em áreas que venham a ser liberadas pelas forças de coalizão, de modo a impedir que insurgentes iraquianos para ali retornem. Mencionou também que serão intensificadas as ações em locais que abrigam os extremistas. O plano prevê, ainda, um aumento no número de conselheiros nas unidades do Exército do Iraque e o estabelecimento de uma brigada estadunidense em cada uma

das divisões das forças armadas daquele país. Acompanhando essas mudanças, Bush acentuou ser preciso transferir responsabilidades para o Exército iraquiano.

No entanto, essas propostas não foram seguidas por um planejamento mais específico sobre o modo como as mesmas serão implementadas. Não constituem, pois, uma garantia de que o plano alternativo consiga, efetivamente, ser mais bem sucedido do que a estratégia que vem sendo adotada. Além disso, pode-se questionar até que ponto essas medidas são novas, tendo em vista que muitas delas já haviam sido recomendadas pelo Grupo de Estudos do Iraque em seu relatório de dezembro de 2006⁴.

Ademais, note-se que o Presidente Bush menciona, em seu pronunciamento, ter consultado o referido grupo, entretanto, duas propostas apresentadas naquela ocasião distinguem das recomendações formuladas por aquela equipe.

Nesse sentido, contrapondo-se à proposição da Comissão Baker-Hamilton de se retirar a maior parte do contingente de soldados estadunidenses até março de 2008, à medida que as forças iraquianas assumam as operações de segurança, o presidente dos Estados Unidos insiste em dizer que o envio de novas tropas é decisivo para que a missão no Iraque não fracasse. Ressaltou, ainda, em seu discurso, que o insucesso da campanha naquele país indicaria igualmente um fracasso dos Estados Unidos. E quanto a esta possibilidade, disse o presidente ser inadmissível permitir que a mesma ocorra, de modo que se faz urgente aplicar o novo plano, argumentou Bush.

O segundo ponto distinto entre o discurso e as recomendações da Comissão Baker-

⁴ Esse grupo corresponde à Comissão Baker-Hamilton que vem acompanhando a condução da ocupação militar no Iraque e propondo diretrizes nesse sentido. [Ver: [Iraque após a invasão e proposta de alteração da estratégia](#)].

Hamilton refere-se às ações iranianas e sírias que, segundo Bush, têm permitido a continuidade dos atentados terroristas no Iraque. Por conseguinte, o presidente estadunidense disse categoricamente que serão tomadas medidas que impeçam o fluxo de suprimentos daqueles países para os insurgentes iraquianos. Dentre elas, apontou a destruição das redes que estejam fornecendo armamentos e treinamento àqueles a quem Bush denomina “inimigos dos Estados Unidos”. Sobre essa questão, o direcionamento do governo estadunidense afasta-se mais uma vez da recomendação do Grupo de Estudos do Iraque. Essa equipe argumentou em seu último relatório acerca da necessidade de se negociar com o Irã e a Síria.

Quanto a essa última questão, o posicionamento do presidente Bush distingue-se, ainda, da opinião de seu aliado no combate ao terrorismo, Tony Blair, que defende a idéia da essencialidade de se promover um engajamento desses países em negociações multilaterais voltadas para uma resolução do atual impasse no conflito no Iraque.

A atual situação no Iraque requer a implementação de novas medidas urgentes. Contudo, tomando como referência a mais recente proposta do governo estadunidense, suas lacunas, quanto aos instrumentos e mecanismos a serem aplicados, revelam incertezas quanto à eficácia da nova estratégia. Cabe salientar que sequer foi cogitado um cronograma para a execução desse plano. Ou seja, este revela ser impreciso também no que diz respeito à finalização das ações militares. Dessa forma, parece mais distante a possibilidade de se reverter o ciclo de violência nos territórios iraquianos e, por outro lado, incerta a questão do retorno das tropas estadunidenses.

Embora seja pertinente a decisão de concentrar esforços para conter os atentados terroristas na região de Bagdá, é

um equívoco a centralização de novas medidas militares naquela área. Combater a violência nesse local, que constitui o centro da luta de grupos iraquianos pelo controle do espaço político, recorrendo-se tão somente a meios militares sem a adoção de políticas socioeconômicas mais abrangentes não resolverá o atual impasse. Nesse caso, um plano alternativo deve, na mesma medida, ser capaz de lidar com os problemas de outras áreas e não apenas com aqueles associados à violência. Isso deve incluir, pois, a reconstrução da infra-estrutura física do Estado e de suas instituições políticas de forma sólida. De igual modo, nenhuma medida anunciada soa eficaz no sentido de promover a reconciliação dos grupos iraquianos que têm se enfrentado. Nesse sentido, cabe notar que não há a menção de sequer uma proposta de se recorrer a métodos pacíficos que busquem solucionar as controvérsias locais.

Ainda que Bush argumente que uma campanha militar no Iraque seja básica para se assegurar a democracia nesse país e a estabilidade regional, as políticas de sua administração têm sido ineficazes para a realização desses objetivos. Nessa direção, contribui, também, o fato de o presidente estadunidense manter sua postura contrária às negociações diplomáticas com a Síria e o Irã, atores centrais na dinâmica política do Oriente Médio.

Vale acrescentar que o novo plano, a exemplo da estratégia que vem sendo adotada, deve fracassar no desenvolvimento de uma estrutura institucional que permita ao Iraque consolidar-se como um Estado, de fato, autônomo e soberano. Além de não prever nenhuma medida voltada para essa questão, o plano para o Iraque trouxe mais um desafio para seu recente regime. Ou seja, em seu discurso, Bush condicionou o apoio estadunidense ao governo iraquiano à capacidade deste último em promover o progresso político de seu país. Para um regime que se encontra em fase de

consolidação, tal demanda pode dificultar esse processo.

Diante do que foi exposto, pode-se argumentar que as imprecisões quanto ao redirecionamento da campanha militar mantêm as incertezas quanto ao futuro do Iraque e à estabilização de seu regime político.

Referência

Sites:

Casa Branca

<http://www.whitehouse.gov/>

Departamento de Estado

<http://www.state.gov/>

United States Institute of Peace

<http://www.usip.org>

The US Today

<http://www.usatoday.com/>

The Guardian

<http://www.guardian.co.uk/>

Ver também:

14/12/2006 - [Iraque após a invasão e proposta de alteração da estratégia](#)

Aprovada Lei Habilitante na Venezuela

Análise
Desenvolvimento / Integração Regional

Raphael Rezende Esteves
23 de fevereiro de 2007

A Assembléia Nacional venezuelana aprovou, no dia 31 de janeiro de 2007, uma lei que permite ao Presidente Hugo Chávez governar por decreto por 18 meses. Em conjunto com outras medidas, tal lei indica a grande concentração de poder por parte do chefe do executivo venezuelano atualmente.

Foi aprovada, no dia 31 de janeiro de 2007, a chamada Lei Habilitante na Venezuela, que permite ao Presidente Hugo Chávez governar por decreto por 18 meses. A aprovação desta lei pela Assembléia Nacional venezuelana se deu em um momento no qual a base governista tem controle total sobre a instituição. Devido ao fato de a oposição ter se retirado da última eleição legislativa em dezembro de 2005, que contou com 75% de abstenções por parte da população, os 167 deputados venezuelanos aprovaram por unanimidade a medida que garantirá ao presidente a capacidade de emitir decretos com qualidade, valor e força de lei.

A lei permite que o presidente emita decretos sobre os seguintes âmbitos: financeiro; econômico e social; infraestrutura, transportes e serviços; segurança cidadã e jurídica; ciência e tecnologia; organização e funcionamento do Estado. A recente aprovação constitui-se como o segundo caso de promulgação da Lei Habilitante. O primeiro ocorreu em 2001, quando Chávez emitiu 49 decretos, dentre os quais estavam a Lei dos Hidrocarbonetos, que fixava a participação do Estado no setor petrolífero em 51% e a Lei de Terras e Desenvolvimento Agrário, promovendo a expropriação de latifúndios.

A aprovação por parte do legislativo venezuelano vai ao encontro de um pacote de medidas anunciadas por Hugo Chávez durante as últimas campanhas eleitorais. Visando implantar o que denomina de o socialismo do século XXI, o presidente teria como objetivos a submissão do Banco Central ao governo venezuelano; a promoção de uma reforma constitucional que permita a reeleição indefinida para presidente; a nacionalização de empresas nos setores petrolífero, de eletricidade e de telecomunicações; e a alteração da estrutura organizacional e administrativa do país.

Logo após a aprovação da Assembléia, no dia 1 de fevereiro de 2007, Chávez anunciou que a partir do dia 1º de maio o governo vai assumir o controle dos campos petrolíferos situados na Bacia do Orinoco. Essa bacia constitui-se como uma das maiores reservas de petróleo do mundo e, segundo dados oficiais, produz cerca de 600 mil barris de petróleo por dia. As chamadas empresas mistas que atuam na região, ou seja, empreendimentos que reúnem empresas multinacionais e a Petróleos de Venezuela (PDVSA), nos quais a estatal venezuelana tem maioria, deverão deixar de existir e entregar o controle ao governo venezuelano.

Em conformidade com o anunciado durante a campanha, o governo negociou



com a empresa estadunidense AES Corporation a compra dos 82% da maior empresa privada de energia elétrica da Venezuela, a Eletricidad de Caracas, que estavam sob poder da primeira. O valor da compra foi de US\$ 739 milhões.

No dia 12 de fevereiro do mesmo ano, o governo teria negociado com a empresa estadunidense Verizon Communications a compra de 28,51% das ações da maior operadora de telefonia da Venezuela, a CANTV. A empresa estadunidense era acionista majoritária na CANTV e vendeu sua participação na empresa por US\$ 572,24 milhões.

Em relação à estrutura territorial e administrativa da Venezuela, o presidente argumenta que a divisão em 335 municípios acaba gerando muita burocracia e corrupção, defendendo a redução para cerca de 100 prefeituras. Chávez objetiva fortalecer os poderes locais sob a argumentação de que as comunidades conhecem seus problemas, podendo fazer diagnósticos precisos e propor soluções melhores que os governos estaduais e as prefeituras. A oposição, contudo, aponta que essa reestruturação é uma extensão do poder presidencial devido às restrições aos municípios opositoristas. Além de a alteração ter consequências no mapa eleitoral do país, é a presidência quem aprova os orçamentos das comunidades e financia os projetos mais adequados a seu ver.

Um anúncio feito por Chávez no final do ano de 2006 vem gerando muitas críticas em relação a essa tendência concentradora por parte do atual governo. O presidente anunciou que não irá renovar a concessão à emissora de televisão Radio Caracas Televisión (RCTV), que se encerra em março seguinte. A concessão é dada pela Comissão Nacional de Telecomunicações, subordinada ao Ministério de Infra-estrutura.

A RCTV é a emissora privada de televisão mais antiga da Venezuela e opera desde 1953. A emissora sempre adotou uma

postura muito crítica em relação ao governo de Chávez, mesmo após o resultado do referendo de 2004 [Ver: [Hugo Chávez submetido a referendo revogatório](#)], no qual quase 60% da população posicionaram-se a favor da continuação do mandato do presidente. Chávez defende que a imprensa privada do país seria responsável por uma tentativa de golpe de Estado pois, segundo o presidente, elas teriam provocado uma interrupção nacional de vários setores econômicos logo após o golpe sofrido por Chávez em 2002, que o retirou provisoriamente do poder.

As medidas citadas anteriormente, sendo políticas ou econômicas, apresentam o caráter concentrador de poder por parte do governo Chávez. Embora o presidente afirme que seu governo se pauta pelos princípios democráticos, pois mesmo a reforma constitucional que garantirá a reeleição indefinida terá ampla participação popular, percebe-se que alguns aspectos essenciais da democracia são fortemente comprometidos no governo Chávez.

Primeiramente, de acordo com Robert Dahl, cientista político, um Estado democrático deve garantir a seus cidadãos oportunidades plenas tanto de formular quanto de expressar suas opiniões. Para tanto, é essencial que existam direitos como a liberdade de expressão e o acesso a fontes alternativas de informação. O caso da RCTV ilustra claramente esse ponto. O próprio presidente afirmou que poderia colocar no lugar da RCTV outro canal do Estado ou outra rede em consonância com o mesmo. Dessa forma, compromete-se que os cidadãos, munidos de informações oriundas de fontes diversas, possam formular suas preferências da forma mais livre possível.

Em segundo lugar, uma forma de determinar quão democrático é um regime seria seu grau de liberalização, ou seja, a amplitude com a qual os cidadãos podem contestar a conduta do governo.

Quanto mais aberto à contestação pública um regime for, mais competitivo ele será e, conseqüentemente, mais democrático. O fato de uma postura contrária ao governo venezuelano por parte de uma emissora de televisão ter sido responsável pela não renovação de sua concessão aponta para um caráter altamente autoritário do governo Chávez.

Em terceiro lugar, a aprovação da Lei Habilitante choca-se com a noção de divisão de poderes, necessária para a existência plena da democracia. A divisão dos poderes se justifica por permitir a restrição do exercício de cada um deles, pois, segundo a idéia federalista, só poder-se-ia limitar o poder com a contraposição a outro poder. O fato de o presidente ter possibilidade de emitir decretos com força de lei, que apenas devem conter os motivos dos mesmos, acaba por dificultar a delimitação dos papéis do Legislativo e do Executivo, garantindo a preponderância do último.

A própria configuração atual da Assembléia Nacional compromete a questão da representatividade da população. O diálogo político passou a ser inexistente, dado que não existe nenhum deputado de oposição e, conseqüentemente, uma parcela substancial da população fica sem representação.

Cabe salientar a entrada da Venezuela no Mercado Comum do Sul (MERCOSUL), em julho de 2006. O MERCOSUL tem como princípio fundamental o fortalecimento da democracia na região. O chamado Compromisso Democrático do bloco defenderia que os princípios democráticos seriam condições indispensáveis para a existência e desenvolvimento dos processos de integração. Contrariamente, a alteração na ordem democrática seria um empecilho para a integração regional.

Recentemente, as ações da Venezuela na região, principalmente nos projetos de cooperação econômica, não colocaram em

pauta explicitamente um possível caráter autoritário do regime venezuelano. A construção do gasoduto que liga a Venezuela à Argentina, a compra de títulos da dívida Argentina, a parceria entre a PDVSA e a Petrobras para exploração de hidrocarbonetos, empréstimos venezuelanos a países da região aparentemente não demandam um regime plenamente democrático.

A influência de um país como a Venezuela no continente sul-americano está longe de ser irrelevante. Segundo a agência de classificação de risco Fitch Ratings, a Venezuela ultrapassou o Fundo Monetário Internacional como fonte imediata de financiamento na América do Sul. Assim, como apontado por Marcelo Coutinho, Coordenador do Observatório Político Sul-Americano (OPSA)¹, a Venezuela poderia contribuir fortemente para uma integração produtiva desde que não caísse no autoritarismo ou estabelecesse um tipo de economia que impossibilitasse o processo.

Referência

WEFFORT, Francisco C. **Os clássicos da política**. 3. ed. São Paulo: Atica, 1990-91. 2v.

Dahl, Robert Alan. **Poliarquia: participação e oposição**. São Paulo: Edusp 1997.

Sites:

BBC

<http://www.bbc.co.uk>

Folha Online

<http://www.folhaonline.com.br>

¹ Núcleo de pesquisa que se dedica ao acompanhamento e registro dos eventos políticos no plano externo e interno dos países sul-americanos; faz parte do Instituto Universitário de Pesquisas do Rio de Janeiro (IUPERJ).

Globo Online

<http://oglobo.globo.com/>

Ver também:

10/08/2006 - [A inserção da Venezuela no Mercosul](#)

18/08/2004 - [Referendo revogatório: vitória democrática na Venezuela?](#)

16/06/2004 - [Hugo Chávez submetido a referendo revogatório](#)

ConjunturaInternacional

Pontifícia Universidade Católica - MG

Presidente da Sociedade Mineira de Cultura: Dom Walmor Oliveira de Azevedo

Grão-Chanceler: Dom Walmor Oliveira de Azevedo

Reitor: Prof. Eustáquio Afonso Araújo

Vice-reitor: Dom Joaquim Giovanni Mol Guimarães

Assessor especial da reitoria: Prof. José Tarcísio Amorim

Chefe de Gabinete do Reitor: Prof. Osvaldo Rocha Tôrres

Conjuntura Internacional

Chefia do Depto de Relações Internacionais: Prof. Javier Alberto Vadell

Coordenação do Curso de Relações Internacionais: Prof. Javier Alberto Vadell

Coordenação-Geral: Profa. Liana Araújo Lopes

Conselho acadêmico: Prof. Danny Zahreddine; Profa. Liana Araújo Lopes; Prof. Rodrigo Corrêa Teixeira

Membros: Andre Lemos Klausing; Jéssica Naime; Layla Dawood; Lígia Franco Mello; Raphael Rezende Esteves.

Os textos aqui divulgados são de inteira responsabilidade de seus autores e não representam a opinião oficial do grupo.

Av: Itáú, 525, 2º subsolo, Prédio Redentoristas - Dom Bosco - Belo Horizonte - MG - CEP 30850-035 Tel: (31)3319-4426 email: ci@pucminas.br website: <http://www.pucminas.br/conjuntura>